



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

**Parecer nº 53/2024**

**Projeto de Resolução nº 03/24**

**Autoria: Mesa Diretora**

**Assunto: Altera a redação e acrescenta dispositivos no art. 1º e nos arts. 2º e 3º do Capítulo II, do Título I e no art. 55 da Resolução nº 03, de 23 de março de 1994, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votorantim.**

**Interessado: Comissões de Justiça e de Finanças e Orçamento, ambas da Câmara Municipal de Votorantim.**

**Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de Votorantim**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/24. AUTORIA DA MESA DIRETORA. ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO FORMAL DOS TERMOS DO PROJETO ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. CONSTITUCIONALIDADE. O Projeto de Resolução nº 03/24 não viola a disciplina constitucional e legal relativamente à competência municipal, à iniciativa e no tocante ao conteúdo, obedecendo aos termos dos arts. 18 e 30, I, ambos da Constituição Federal, bem como dos arts. 20, IV e 21, ambos da Lei Orgânica do Município de Votorantim.

## RELATÓRIO

1. Em atendimento ao disposto no art. 12, II, “e”, da Resolução nº 03, de 23 de março de 1994, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votorantim, os autos em referência foram encaminhados pela Presidência desta Casa Legislativa para parecer sobre o Projeto de Resolução nº 03/24, de autoria da Mesa



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

**Procuradoria Jurídica**

Diretora, que “Altera a redação e acrescenta dispositivos no art. 1º e nos arts. 2º e 3º do Capítulo II, do Título I e no art. 55 da Resolução n. 03, de 23 de março de 1.994, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votorantim”.

2. Em apertada síntese, a propositura em tela dá nova redação ao art. 1º do Regimento Interno, corrigindo, na cabeça do artigo, o endereço da sede da Câmara Municipal de Votorantim e, nas regras dos parágrafos 2º, 3º e 4º, ora acrescentados, faculta a realização das sessões (dentre elas as solenes, de posse e audiências públicas promovidas pelo Legislativo local) fora da sua sede. Outrossim, descreve, no art. 2º, o rito a ser seguido na Sessão Solene de Instalação da Legislatura, promovendo alterações recomendadas pelo Senado Federal e adequando as disposições regimentais às previsões da Lei Orgânica do Município. Por fim, o projeto de resolução em estudo prevê o dia em que serão realizadas as sessões ordinárias em caso de feriados e pontos facultativos (art. 4º).

3. Sendo assim, o caso sob exame demanda a análise da adequação formal dos termos do projeto às normas constitucionais e legais, sobretudo no que concerne à competência e iniciativa.

## FUNDAMENTAÇÃO

4. Como é sabido, o município é ente federativo dotado de autonomia, conforme enuncia o art. 18 da Constituição Federal. Logo, possui capacidade de autogoverno, autolegislação, auto-organização e autoadministração. Nesse sentido, o município é capaz de eleger seus representantes nos Poderes Executivo e Legislativo e de organizar-se segundo regras próprias, dentro dos limites outorgados pela Constituição Federal. Portanto, é assunto de competência municipal (local) disciplinar o rito a ser seguido para dar posse a seus mandatários, eleitos pelo voto da população local (art. 30, I,



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

**Procuradoria Jurídica**

da Constituição Federal). Especificamente, trata-se de atribuição privativa da Câmara Municipal, consoante prevê a Lei Orgânica do Município de Votorantim, nos arts. 20, IV e 21, a ser exercida, por conseguinte, por meio de resolução. É de se notar que não há, seja na Lei Orgânica, seja no Regimento Interno, iniciativa reservada para as propostas legislativas cujo escopo é estabelecer quais os atos a serem praticados na sessão solene de instalação da legislatura. Logo, sob a ótica da competência e da iniciativa, o presente projeto de resolução se mostra constitucional.

5. Por fim, com relação ao conteúdo da propositura ora examinada, não foram observadas contrariedades com as disposições das Constituições Federal e Estadual.

## **DISPOSITIVO**

6. Por todo o exposto, o Projeto de Resolução nº 03/24, de autoria Mesa Diretora, que “Altera a redação e acrescenta dispositivos no art. 1º e nos arts. 2º e 3º do Capítulo II, do Título I e no art. 55 da Resolução n. 03, de 23 de março de 1.994, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votorantim” não viola a disciplina constitucional e legal relativamente à competência municipal, à iniciativa e no tocante ao conteúdo, obedecendo aos termos dos arts. 18 e 30, I, ambos da Constituição Federal, bem como dos arts. 20, IV e 21, ambos da Lei Orgânica.

7. É o parecer, s.m.j, em três laudas.

8. Às Comissões de Justiça e de Finanças e Orçamento, ambas da Câmara Municipal de Votorantim, competentes nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 21 da Resolução nº 03, de 1994, para deliberação acerca do mérito da medida proposta ao interesse público.



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

**Procuradoria Jurídica**

9. À Presidência da Câmara Municipal de Votorantim.

Votorantim, 01 de novembro de 2024.

**Gilmara Navega Pozzati**  
**Procuradora Jurídica**